PROCESSO SELETIVO – 07/2026

Área de Conhecimento: Economia, Administração e Legislação Rural

PROVA ESCRITA – PADRÃO DE RESPOSTA

QUESTÃO 1: A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) é um dos principais instrumentos de intervenção do governo na comercialização agrícola brasileira.

a) Explique a lógica de funcionamento e os objetivos da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).

b) Em que condições a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) é efetiva como instrumento de garantia de renda dos produtores?

c) Diferencie os instrumentos da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).

a) A PGPM garante ao produtor um preço mínimo fixado pelo governo para o ano safra. Com isso, reduz a incerteza de renda e orienta as decisões de produção. Ela só atua quando o preço de mercado fica abaixo desse piso. Além de dar estabilidade de renda, a política busca abastecimento regular e formação de estoques reguladores.

b) Essa política é efetiva como instrumento de garantia de renda dos produtores, se fixado em nível equivalente ao custo operacional médio de produção e acima do preço de equilíbrio do mercado.

c)

- AGF (Aquisição do Governo Federal): o governo compra diretamente o produto pelo preço mínimo e forma estoques públicos.
- PEP (Prêmio para Escoamento de Produto): subvenção paga ao comprador (indústria ou comerciante), definida em leilão, que se compromete a pagar ao produtor pelo menos o preço mínimo e a escoar o produto para regiões determinadas. Não forma estoque público.
- PEPRO (Prêmio Equalizador Pago ao Produtor): subvenção paga diretamente ao produtor ou cooperativa que vende seu produto, equalizando a diferença entre o preço de mercado e o preço mínimo (ou de referência).
- Contrato de Opção de Venda (pública): o governo vende ao produtor o direito, e não a obrigação, de lhe entregar o produto a um preço de exercício futuro. O produtor paga um prêmio e exerce o contrato se o mercado estiver abaixo do preço de exercício. É sinalizador de preços futuros.
- PROP (Prêmio de Risco de Opção Privada): o governo paga um prêmio, em leilão, a um agente privado que lança opções de venda para produtores ou cooperativas. O risco e a eventual compra do produto passam ao setor privado.
- O financiamento de estocagem (antigo EGF, hoje linha de financiamento para estocagem de produtos da PGPM) permite ao produtor reter o produto e evitar vender na safra, quando os preços são mais baixos.

Referências:

MENDES, Judas T. G. e JUNIOR, J. B. Padilha. Agronegócio: uma abordagem econômica. São Paulo, Pearson, 2007.

*O padrão de resposta deve estar fundamentado nas bibliografias exigidas pelo Edital, para evitar problemas o professor deverá citar o capítulo/página do livro utilizado.

Membros da Banca:

Prof. Altamir Frederico Guidolin
Avaliador 1 (nome e assinatura)

Prof. Philipe Ricardo C. Soares
Avaliador 2 (nome e assinatura)

_____

Prof. André Anibal Brandt

Pág. 01 de 12 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo UDESC 00043492/2026 e o código 98L7UE8N.

Avaliador 3 (nome e assinatura) **Presidente da Banca (nome e assinatura)**

PROCESSO SELETIVO – 07/2026

Área de Conhecimento: Economia, Administração e Legislação Rural

PROVA ESCRITA – PADRÃO DE RESPOSTA

QUESTÃO 2: Sobre Avaliação Econômica de Projetos:

a) Defina o Valor Presente Líquido (VPL), a Taxa Interna de Retorno (TIR), a Relação Benefício/Custo (B/C) e o Payback. Para cada indicador, apresente o critério de decisão para aceitar ou rejeitar o projeto.

b) Na análise de viabilidade de um projeto de implantação de um pomar, com investimento inicial de R$ 200.000,00 e vida útil de 15 anos, obteve-se um Valor Presente Líquido (VPL) de R$ 45.000,00, calculado a uma Taxa Mínima de Atratividade (TMA) de 8% a.a. Interprete esse resultado, explicando: (i) o que o valor de R$ 45.000,00 representa para o produtor; (ii) qual deve ser a decisão sobre o projeto; e (iii) o que o resultado permite afirmar sobre a Taxa Interna de Retorno (TIR) do projeto.

c) O que significaria, para o produtor, um VPL igual a zero?

a)

Indicador	Definição	Critério de decisão
VPL	Soma dos fluxos de caixa líquidos descontados à TMA, menos o investimento inicial: VPL = Σ FC/(1+i) − I	Aceitar se VPL > 0. Entre projetos, escolher o de maior VPL
TIR	Taxa de desconto que torna o VPL igual a zero; representa a rentabilidade intrínseca do projeto	Aceitar se TIR > TMA
B/C	Valor presente dos benefícios dividido pelo valor presente dos custos, ambos descontados à TMA	Aceitar se B/C > 1
Payback	Tempo necessário para recuperar o investimento com os fluxos nominais. Mede liquidez e não rentabilidade.	Aceitar se for menor ou igual ao prazo máximo definido pelo investidor

b) (i) O projeto recupera o investimento, remunera todo o capital aplicado à taxa de 8% a.a. (o custo de oportunidade) e ainda gera um excedente de R$ 45.000,00 em valor presente, ou seja, em moeda de hoje.
(ii) Como o VPL é maior que zero, o projeto é economicamente viável e deve ser aceito.
(iii) Como o VPL é positivo à taxa de 8% a.a., a TIR é maior que 8% a.a., pois a TIR é a taxa que zera o VPL e seria preciso descontar os fluxos a uma taxa mais alta para chegar a zero. Portanto, TIR > TMA, o que confirma a viabilidade.

c) O projeto recuperaria o investimento e remuneraria o capital exatamente à TMA, sem gerar riqueza adicional. Para o produtor, seria indiferente investir no pomar ou aplicar o recurso na alternativa que rende a TMA. Nesse caso, a taxa de desconto usada é a própria TIR.

Referências:
NORONHA, J. F. Projetos agropecuários: administração financeira, orçamento e viabilidade econômica. São

Pág. 02 de 12 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo UDESC 00043492/2026 e o código 98L7UE8N.

Paulo: Atlas, 1987.
TEIXEIRA, E. C.; GOMES, S. T. Elaboração e análise de projetos agropecuários. Viçosa: UFV, 1992.

*O padrão de resposta deve estar fundamentado nas bibliografias exigidas pelo Edital, para evitar problemas o professor deverá citar o capítulo/página do livro utilizado.

Pág. 03 de 12 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo UDESC 00043492/2026 e o código 98L7UE8N.

Membros da Banca:

Prof. Altamir Frederico Guidolin
Avaliador 1 (nome e assinatura)

Prof. Philipe Ricardo C. Soares
Avaliador 2 (nome e assinatura)

_____

Avaliador 3 (nome e assinatura)
(nome e assinatura)

Prof. André Anibal Brandt
Presidente da Banca

Pág. 04 de 12 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo UDESC 00043492/2026 e o código 98L7UE8N.

UDESC
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE
SANTA CATARINA

PROCESSO SELETIVO – 07/2026

Área de Conhecimento: Economia, Administração e Legislação Rural

PROVA ESCRITA – PADRÃO DE RESPOSTA

QUESTÃO 3: A Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal) define dois instrumentos principais de proteção da vegetação nativa no imóvel rural, a Área de Preservação Permanente (APP) e a Reserva Legal (RL), e criou regras específicas para as áreas ocupadas antes de sua vigência. Com base nessa lei, responda:

a) Diferencie APP e RL quanto à finalidade, ao critério de delimitação e à possibilidade de uso econômico.

b) Defina área rural consolidada, indicando o marco temporal adotado pela lei, e explique como esse conceito altera as obrigações do proprietário quanto: (i) à recomposição das APPs; e (ii) à regularização da Reserva Legal.

a)

Critério	APP	Reserva Legal
Finalidade	Preservar recursos hídricos, paisagem, estabilidade geológica, biodiversidade e solo; proteger o bem-estar das populações (art. 3º, II)	Assegurar o uso econômico sustentável dos recursos naturais, auxiliar a conservação e reabilitação dos processos ecológicos e conservar a biodiversidade (art. 3º, III)
Delimitação	Pela localização e característica do terreno: margens de cursos d'água, entorno de nascentes e lagos, encostas acima de 45°, topos de morro, restingas, veredas (art. 4º)	Por percentual da área do imóvel, conforme região e bioma: 80%, 35% ou 20% na Amazônia Legal e 20% nas demais regiões (art. 12)
Uso econômico	Em regra vedado; a supressão só é admitida nos casos de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto (art. 8º)	Permitido mediante manejo sustentável aprovado pelo órgão ambiental (art. 17)

b)
Definição: área de imóvel rural com ocupação humana preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agros silvipastoris, admitida neste último caso a adoção do regime de pousio (art. 3º, IV).
(i) APPs: nas áreas consolidadas em APP, a lei autoriza a continuidade das atividades agros silvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural (art. 61-A). Em contrapartida, exige a recomposição de faixas menores que as da regra geral, proporcionais ao tamanho do imóvel em módulos fiscais. Para cursos d'água:

Tamanho do imóvel	Faixa a recompor em cada margem
Até 1 módulo fiscal	5 m
Mais de 1 até 2 módulos	8 m
Mais de 2 até 4 módulos	15 m

Pág. 05 de 12 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo UDESC 00043492/2026 e o código 98L7UE8N.

Mais de 4 módulos	Conforme o PRA, entre 20 e 100 m

(ii) Reserva Legal:

- Nos imóveis com até 4 módulos fiscais que tinham, em 22/07/2008, vegetação nativa abaixo do percentual exigido, a RL é formada pela vegetação existente naquela data, sem obrigação de recompor o déficit e com vedação de novas conversões (art. 67).
- Nos demais imóveis, o proprietário pode regularizar a RL, isolada ou conjuntamente, por recomposição, regeneração natural ou compensação em outra área do mesmo bioma (art. 66).
- Quem suprimiu vegetação respeitando os percentuais da legislação vigente à época fica dispensado de recompor nos percentuais atuais (art. 68).

Referência:
Lei nº 12.651/2012

*O padrão de resposta deve estar fundamentado nas bibliografias exigidas pelo Edital, para evitar problemas o professor deverá citar o capítulo/página do livro utilizado.

Membros da Banca:

Prof. Altamir Frederico Guidolin
Avaliador 1 (nome e assinatura)

Prof. Philipe Ricardo C. Soares
Avaliador 2 (nome e assinatura)

_____
Avaliador 3 (nome e assinatura)
(nome e assinatura)

Prof. André Anibal Brandt
Presidente da Banca

Pág. 06 de 12 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo UDESC 00043492/2026 e o código 98L7UE8N.

PROCESSO SELETIVO – 07/2026

Área de Conhecimento: Economia, Administração e Legislação Rural

PROVA ESCRITA – PADRÃO DE RESPOSTA

QUESTÃO 4: As empresas rurais tomam decisões de produção e comercialização em mercados que apresentam diferentes estruturas e condições de concorrência. Essas decisões envolvem a análise dos custos de produção, do comportamento da oferta e da demanda e dos mecanismos de formação dos preços. Considere uma propriedade rural que produz e comercializa um produto agrícola padronizado, cujo preço de venda é determinado pelas condições do mercado. Para determinada atividade, foram estimados os seguintes custos totais de produção:

Quantidade produzida (unidades)			Custo total (R$)							
0			1.200							
10			1.500							
20			1.900							
30			2.500							
40			3.300							

Considere, ainda, que o preço de mercado do produto seja de R$ 70,00 por unidade.

Com base nos fundamentos da Microeconomia e na situação apresentada, responda:

a) Explique a diferença entre custos fixos, custos variáveis e custos totais de produção. Diferencie, também, custo médio e custo marginal, destacando a importância desses conceitos para as decisões de produção de uma empresa rural.

b) Caracterize as principais estruturas de mercado, considerando o número de empresas e compradores, o grau de concorrência e o poder de influência sobre os preços. Apresente as diferenças fundamentais entre concorrência perfeita, concorrência monopolística, oligopólio e monopólio, relacionando-as, quando pertinente, aos mercados agropecuários.

c) Explique como ocorre a formação dos preços em um mercado, considerando a interação entre oferta e demanda e as condições de concorrência. Comente como alterações nos custos dos fatores de produção, na oferta agrícola e na demanda podem afetar os preços de mercado e os resultados econômicos dos produtores rurais.

d) Considerando os dados apresentados, analise a decisão de produção da propriedade rural sob a perspectiva da maximização dos resultados econômicos. Determine a quantidade que proporciona o melhor resultado econômico, calcule a receita total e o resultado econômico correspondente e avalie se seria racional manter a produção no curto prazo, mesmo diante de eventual prejuízo. Em seguida, discuta criticamente como o poder de mercado dos compradores, especialmente em mercados agropecuários com elevada concentração na aquisição da produção, pode interferir na formação dos preços recebidos pelos produtores e na sua capacidade de cobrir os custos de produção.

Pág. 07 de 12 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo UDESC 00043492/2026 e o código 98L7UE8N.

a) Custos de produção
- Custo fixo: não varia com a quantidade produzida no curto prazo; permanece mesmo quando a produção é nula.
- Custo variável: varia conforme o volume produzido.
- Custo total: soma dos custos fixos e variáveis (CT = CF + CV).
- Custo médio: custo total por unidade produzida (CMe = CT/Q).
- Custo marginal: acréscimo no custo total decorrente da produção de uma unidade adicional (CMg = ΔCT/ΔQ).
- Importância para planejamento, escala de produção, rentabilidade e decisões produtivas da empresa rural.

b) Estruturas de mercado
- Concorrência perfeita: muitos vendedores e compradores, produto homogêneo, livre entrada e saída; empresas tomadoras de preços.
- Concorrência monopolística: muitas empresas, produtos diferenciados e algum poder de mercado.
- Oligopólio: poucas empresas concentram a oferta; há interdependência estratégica entre as decisões.
- Monopólio: um único ofertante, barreiras à entrada e poder de mercado.
- Aplicações agropecuárias: mercados de commodities, agroindústrias, cooperativas, fornecedores de insumos e concentração de compradores.
- Oligopsônio: poucos compradores diante de numerosos vendedores, com possível poder de influência sobre os preços pagos aos produtores.

c) Formação de preços
- Interação entre oferta e demanda determina o preço e a quantidade de equilíbrio.
- Aumento da oferta, mantida a demanda: tende a reduzir o preço de equilíbrio; redução da oferta: tende a elevá-lo.
- Aumento da demanda, mantida a oferta: tende a elevar o preço; redução da demanda: tende a diminuí-lo.
- Custos de insumos, salários, combustíveis e tecnologia influenciam a oferta e as decisões de produção.
- Renda, preferências e preços de bens substitutos e complementares influenciam a demanda.
- No setor agropecuário, sazonalidade, clima, perecibilidade, transporte, armazenamento e comércio internacional afetam preços e resultados.
- Estrutura de mercado e poder de negociação influenciam a transmissão dos preços e a distribuição das margens na cadeia.

d) Decisão de produção e poder de mercado
- Custo fixo: R$ 1.200,00.
- Custos variáveis para 10, 20, 30 e 40 unidades: R$ 300,00; R$ 700,00; R$ 1.300,00; R$ 2.100,00.
- Custos marginais por unidade adicional em cada intervalo: R$ 30,00; R$ 40,00; R$ 60,00; R$ 80,00.
- Com preço de R$ 70,00 por unidade, a quantidade que proporciona o melhor resultado entre as alternativas apresentadas é 30 unidades.
- Receita total: R$ 2.100,00; custo total: R$ 2.500,00; resultado econômico: prejuízo de R$ 400,00.
- Custo variável médio em 30 unidades: R$ 43,33 por unidade; preço superior ao CVMe.
- É racional continuar produzindo no curto prazo: a receita cobre os custos variáveis e contribui com R$ 800,00 para os custos fixos. Parar geraria prejuízo de R$ 1.200,00, considerando custos fixos inevitáveis.
- No longo prazo, a persistência de resultados negativos exige reavaliar a permanência na atividade.
- Concentração de compradores pode caracterizar oligopsônio e reduzir o poder de barganha dos produtores, pressionando preços recebidos e margens.

Referência:
ARBAGE, A. P. Economia rural: conceitos básicos e aplicações. Universitária Grifos, Chapecó, 2000. P. 15 - 224.
VASCONCELLOS, M. A.; GARCIA, M. E. Fundamentos de Economia. São Paulo: Editora Saraiva, 2008. P. 80 - 222.
TEIXEIRA, E.C.; GOMES, S.T. Elaboração e análise de projetos agropecuários. Viçosa: UFV, 1992. P. 30 e 31.
HOFFMANN, R. et al. Administração da empresa agrícola. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1981. P. 7 - 9.

*O padrão de resposta deve estar fundamentado nas bibliografias exigidas pelo Edital, para evitar problemas o

Pág. 08 de 12 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo UDESC 00043492/2026 e o código 98L7UE8N.

professor deverá citar o capítulo/página do livro utilizado.

Membros da Banca:

Prof. Altamir Frederico Guidolin
Avaliador 1 (nome e assinatura)

Prof. Philipe Ricardo C. Soares
Avaliador 2 (nome e assinatura)

_____

Avaliador 3 (nome e assinatura)
(nome e assinatura)

Prof. André Anibal Brandt
Presidente da Banca

Pág. 09 de 12 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo UDESC 00043492/2026 e o código 98L7UE8N.

PROCESSO SELETIVO – 07/2026

Área de Conhecimento: Economia, Administração e Legislação Rural

PROVA ESCRITA – PADRÃO DE RESPOSTA

QUESTÃO 5: Considerando os conceitos e fenômenos macroeconômicos relacionados à inflação, responda:

a) Conceitue inflação e estagflação, destacando as características que diferenciam esses dois fenômenos econômicos.

b) Identifique, caracterize e diferencie os principais tipos de inflação, explicando seus mecanismos de formação e apresentando exemplos que ilustrem cada um deles.

c) Analise os principais efeitos e distorções provocados pelo processo inflacionário sobre o funcionamento da economia, especialmente quando caracterizado por taxas elevadas e persistentes de inflação. Em sua resposta, considere as repercussões sobre a distribuição de renda, as relações econômicas internas e externas, o funcionamento do sistema financeiro e as decisões dos agentes econômicos.

d) A estagflação representa um dos cenários mais complexos para a condução da política econômica. Explique as principais causas e os mecanismos que podem desencadear esse fenômeno. Em seguida, analise criticamente as possibilidades de atuação do Estado para enfrentar uma situação de estagflação, identificando as políticas econômicas e seus respectivos instrumentos que poderiam ser utilizados para controlar a inflação e estimular a atividade produtiva. Discuta, ainda, os conflitos, as limitações e os possíveis efeitos adversos dessas medidas, considerando a dificuldade de conciliar a estabilidade de preços com o crescimento econômico e o emprego.

a) Conceitos de inflação e estagflação
Inflação:
- Aumento generalizado e persistente do nível de preços dos bens e serviços de uma economia.
- Redução do poder de compra da moeda.
- Não se confunde com aumento isolado de preços de determinados produtos.

Estagflação:
- Ocorrência simultânea de inflação elevada e estagnação ou baixo crescimento da atividade econômica.
- Frequentemente acompanhada de aumento do desemprego e redução da renda real.
- Representa um desafio para a política econômica, pois as medidas tradicionais de combate à inflação podem agravar a estagnação e o desemprego.

b) Tipos de inflação
- Inflação de demanda: ocorre quando a demanda agregada cresce acima da capacidade produtiva da economia, pressionando os preços. Exemplo: expansão excessiva do consumo e dos gastos públicos em uma economia próxima do pleno emprego.
- Inflação de custos (ou de oferta): decorre do aumento dos custos de produção, que são repassados aos preços. Exemplo: elevação dos preços do petróleo, energia, fertilizantes, matérias-primas ou salários sem correspondente aumento da produtividade.
- Inflação inercial: resulta da propagação da inflação passada para os preços e contratos presentes, por mecanismos de indexação e expectativas. Exemplo: reajustes automáticos de aluguéis, salários e tarifas com base na inflação anterior.
- Inflação estrutural: associada a características e desequilíbrios estruturais da economia, como gargalos de infraestrutura, baixa produtividade, dificuldades de oferta e rigidez na produção e distribuição de bens.

c) Efeitos e distorções provocados pela inflação

Pág. 10 de 12 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo UDESC 00043492/2026 e o código 98L7UE8N.

- Distribuição de renda: transferência de renda entre diferentes grupos econômicos. Trabalhadores assalariados, especialmente aqueles sem mecanismos de reajuste salarial frequente, perdem poder aquisitivo. Proprietários de imóveis podem obter proteção ou ganhos com reajustes dos aluguéis. Empresas podem repassar custos e ampliar margens, embora também possam sofrer elevação dos custos e incerteza. O governo pode se beneficiar da defasagem entre a arrecadação e a atualização de despesas e dívidas, mas também enfrenta aumento dos gastos públicos e desvalorização real de receitas não indexadas.
- Balanço de pagamentos: perda de competitividade externa quando os preços internos crescem acima dos preços internacionais sem compensação cambial; aumento das importações, pressão sobre as contas externas e possível deterioração do saldo comercial.
- Mercado de capitais e sistema financeiro: aumento da incerteza, redução da previsibilidade dos retornos, elevação dos juros nominais, desestímulo a investimentos de longo prazo e preferência por ativos financeiros e reais que ofereçam proteção contra a inflação.
- Expectativas empresariais: dificuldade de planejamento, incerteza sobre custos e preços futuros, redução do horizonte de investimentos, adiamento de projetos e maior dificuldade de elaboração de orçamentos.
- Outras distorções: perda das funções da moeda como reserva de valor e unidade de conta, redução da eficiência do sistema de preços, aumento dos custos de transação e dificuldade de alocação eficiente dos recursos.

d) Estagflação: causas e políticas econômicas de combate

Causas e mecanismos de formação:

- Choques negativos de oferta: petróleo, energia, matérias-primas, fertilizantes, alimentos e problemas climáticos.
- Elevação dos custos de produção e redução da oferta agregada.
- Desvalorização cambial com encarecimento de insumos importados.
- Problemas estruturais de produtividade e infraestrutura.
- Espiral de preços e salários e expectativas inflacionárias desancoradas.
- Políticas econômicas inadequadas que podem agravar desequilíbrios existentes.

Políticas e instrumentos de combate:

1. Política monetária:
- Elevação da taxa básica de juros.
- Controle da expansão do crédito e da liquidez.
- Ancoragem das expectativas inflacionárias.
- Ressalva: o aperto monetário controla pressões de demanda e efeitos secundários da inflação, mas não resolve diretamente a escassez de oferta; pode aprofundar a recessão e o desemprego.

2. Política fiscal:
- Controle dos gastos públicos e redução de despesas não prioritárias.
- Preservação da sustentabilidade fiscal.
- Direcionamento de recursos para investimentos que ampliem a capacidade produtiva.
- Proteção focalizada das famílias mais vulneráveis.
- Ressalva: ajuste fiscal excessivo ou mal direcionado pode reduzir ainda mais a demanda e o crescimento.

3. Políticas de oferta e produtividade:
- Investimentos em infraestrutura, logística, energia e armazenagem.
- Incentivos à produção e à produtividade.
- Redução de gargalos produtivos.
- Melhoria das condições de abastecimento e distribuição.
- Estímulo à concorrência e à eficiência dos mercados.

4. Política cambial e comercial:
- Preservação da estabilidade macroeconômica e cambial.
- Redução de vulnerabilidades externas.
- Facilitação do acesso a insumos essenciais, evitando restrições que agravem os custos de produção.

5. Políticas de rendas e coordenação de expectativas:
- Negociações salariais e reajustes compatíveis com a evolução da produtividade e a preservação do poder de compra.
- Evitar mecanismos de indexação que perpetuem a inflação passada.

Pág. 11 de 12 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo UDESC 00043492/2026 e o código 98L7UE8N.

• Comunicação e credibilidade das autoridades econômicas.

Não existe instrumento isolado capaz de resolver a estagflação. É necessária uma combinação de políticas que contenha a inflação, recupere a capacidade produtiva e preserve, na medida do possível, o emprego e a renda. A superação desse fenômeno exige uma estratégia econômica que vá além do controle da demanda agregada, contemplando medidas capazes de atenuar as pressões inflacionárias e, simultaneamente, estimular a produção e a geração de empregos.

Nesse sentido, a articulação entre políticas monetárias e fiscais responsáveis e medidas estruturais voltadas à ampliação da oferta, ao aumento da produtividade e à eficiência econômica constitui a abordagem mais consistente para restabelecer o equilíbrio macroeconômico e criar condições para um crescimento sustentável.

Referência:

ARBAGE, Alessandro Porporatti. Economia rural: conceitos básicos e aplicações. Universitária Grifos, Chapecó, 2000. P. 277 - 299.

VASCONCELLOS, M. A.; GARCIA, M. E. Fundamentos de Economia. São Paulo: Editora Saraiva, 2008. P. 223 - 231.

*O padrão de resposta deve estar fundamentado nas bibliografias exigidas pelo Edital, para evitar problemas o professor deverá citar o capítulo/página do livro utilizado.

Membros da Banca:

Prof. Altamir Frederico Guidolin
Avaliador 1 (nome e assinatura)

Prof. Philipe Ricardo C. Soares
Avaliador 2 (nome e assinatura)

_____

Avaliador 3 (nome e assinatura)
(nome e assinatura)

Prof. André Anibal Brandt
Presidente da Banca

Pág. 12 de 12 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo UDESC 00043492/2026 e o código 98L7UE8N.

Assinaturas do documento

Código para verificação: **98L7UE8N**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

ANDRÉ ANIBAL BRANDT (CPF: 641.XXX.290-XX) em 09/11/2026 às 10:45:24
Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:35:40 e válido até 30/03/2118 - 12:35:40.
(Assinatura do sistema)

PHILIPE RICARDO CASEMIRO SOARES (CPF: 318.XXX.688-XX) em 09/11/2026 às 11:58:42
Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:42:30 e válido até 30/03/2118 - 12:42:30.
(Assinatura do sistema)

ALTAMIR FREDERICO GUIDOLIN (CPF: 476.XXX.890-XX) em 09/11/2026 às 12:29:41
Emitido por: "SGP-e", emitido em 11/09/2019 - 11:49:24 e válido até 11/09/2119 - 11:49:24.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/VURFU0NfMTIwMjJfMDAwNDM0OTJfNDM1MDJfMjAyNl85OEw3VUU4Tg== ou o site https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo e informe o processo **UDESC 00043492/2026** e o código **98L7UE8N** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.